

## POR UMA GEOGRAFIA DO REGIME ALIMENTAR

Vinicius Antonio Banzato Facco<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar a abordagem teórico-metodológica do regime alimentar, por se tratar de um conjunto léxico-analítico que permite analisar transescalarmente as dinâmicas de acumulação de capitais para o âmbito da agricultura e alimentação. Justifica-se a adoção desta abordagem pela pouca inserção do enfoque das instituições, regras implícitas e poderes geopolíticos na geografia agrária brasileira. Para os teóricos do regime alimentar, desde a gênese e formação do modo de produção capitalista houveram três regimes alimentares: colonial, centrado na hegemonia britânica; mercantil-industrial, com a centralização estadunidense; e atualmente o regime alimentar corporativo, trasladando a hegemonia nas relações de poder e ordenamento no sistema agroalimentar dos estados-nações para as corporações transnacionais.

**Palavras-chave:** regime alimentar, questão agrária, geografia agrária.

### Introdução

Na atual conjuntura do modo de produção capitalista, em sua fase mundializada, a agricultura desempenha papel ímpar na produção e reprodução ampliada de capitais. Seja para promover uma reduzida taxa de salários da classe trabalhadora, por meio da oferta de alimentos com preços baixos, seja pelo avanço do capital agroindustrial no espaço agrário, resultando na mais recente etapa da acumulação primitiva, seja pela sujeição da renda da terra camponesa. Diante disso, há um pleno domínio do grande capital, materializado na figura das corporações transnacionais, cujo escopo de atuação é a escala mundial.

Tanto à montante (a produção), no fornecimento de maquinário, fertilizantes, herbicidas, inseticidas e sementes, quanto à jusante (a circulação) do processo produtivo agrícola, no transporte, beneficiamento e comercialização, há um conjunto reduzido de empresas que monopolizam cada um destes segmentos, sendo observável a tendência à criação de monopólios nas atividades que permeiam a agricultura. Mais ainda, com a inserção do circuito financeiro – bolsa de valores, fundos de hedge, mercado de futuros, commodities transformadas em derivativos – no mercado de alimentos, há o processo denominado de financeirização da agricultura, que promove um ambiente de volatilidade dos preços dos alimentos, guiados cada vez mais por índices do mercado mundial influenciados pelo rentismo.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal do Paraná. Email: v.facco@hotmail.com

Diante deste cenário, a classe trabalhadora se vê rodeada por este panorama capitalista, tendo de se subordinar a ele, por vezes enfrentando-o. O movimento camponês em torno da soberania alimentar materializa uma das possíveis resistências ao capital agroindustrial monopolista e sua permanente acumulação primitiva, mostrando como o campesinato, reunido dispersamente nos territórios, tendo um grande apego à comunidade e ao trabalho familiar, pode se desvencilhar da lógica do capital. Neste sentido, fala-se em escala local, estudos de caso sobre comunidades camponesas, propagação de práticas agroecológicas, economia solidária, mercados camponeses, etc., sendo a Geografia um dos principais ramos da ciência capaz de agrupar e divulgar estes tipos de práticas e trabalhos. Embora os estudos sobre as alternativas e resistências apresentem enorme relevância, no sentido de divulgar práticas, analisar a realidade da classe camponesa e fomentar o debate em torno das possibilidades de superação ao modo de produção capitalista, são reduzidos os estudos geográficos que focam a escala mundial da reprodução de capitais pensando a agricultura. Mais ainda, que analisam como e por que ela é elemento imprescindível para o modo de produção capitalista, sobretudo levando em conta o arranjo geopolítico mundial.

Baseado neste gap existente entre a produção da Geografia e análises de economia política, vemos os estudos referentes ao regime alimentar, abordagem teórico-metodológica sobre a economia política dos alimentos, analisada a partir do escopo histórico-mundial. A abordagem do regime alimentar pode ser uma das formas de cobrir a insuficiente produção geográfica sobre a economia política alimentar. Baseado nisso, este ensaio objetiva apresentar em que consiste esta corrente que é incipiente e pouco conhecida nos trabalhos da geografia agrária brasileira.

Os estudos do regime alimentar remetem ao fim dos anos 1970 e início da década de 80, com os trabalhos de Friedmann (1978) e Friedmann e McMichael (1989), buscando alinhar a questão agrária com a questão alimentar a partir do recorte do sistema-mundo. A problemática central na abordagem do regime alimentar é entender o papel que os alimentos têm na economia capitalista, ou seja, a função da agricultura no desenvolvimento do modo de produção capitalista sob um arranjo geopolítico de Estados-nações. A partir desse marco analítico explica-se a função estratégica da agricultura e da alimentação no sentido de amparar a construção do modo de produção capitalista. Um regime alimentar se constitui quando, na escala mundial, são observáveis regras implícitas comandando a circulação de alimentos, com a presença de estruturas e um arranjo geopolítico sustentando-o – sendo que desde 1870 até

hoje existiram três regimes alimentares. As três sessões a seguir abordam cada um dos regimes alimentares, apresentando de forma introdutória os fundamentos de cada um deles. Deve-se ressaltar que o objetivo do presente ensaio é aproximar os estudos e trabalhos realizados na geografia agrária brasileira com processos globais de acumulação capitalista na agricultura, o que pode ser atingido a partir da abordagem do regime alimentar.

### **O primeiro regime alimentar ou regime alimentar colonial**

O primeiro regime alimentar perdurou de 1870 até – aproximadamente – a década de 1930. McMichael (2013) denomina este período de regime alimentar baseado no Império Britânico, enquanto que Friedmann (2005) adota o termo “regime alimentar colonial”, para fazer menção ao papel central das ex-colônias britânicas (Estados Unidos, Canadá e Austrália) e do caráter colonialista do império britânico e de outros países europeus.

No primeiro regime alimentar, encontrava-se a hegemonia britânica na organização do espaço geográfico mundial – tratando-se do Estado-nação no qual se desenvolveu pioneiramente a industrialização, sendo por isso a vanguarda econômica do mundo capitalista até então. Este regime alimentar conciliou a importação europeia – sobretudo inglesa – de itens produzidos nas regiões tropicais e de grãos (sobretudo o trigo) e carne bovina das antigas colônias de povoamento, países como os Estados Unidos, Canadá, Argentina e Austrália. Com isso, essa forma de dinâmica comercial forneceu as bases para o surgimento e fortalecimento das classes industriais – proletariado e burguesia – na Europa, assegurando o papel da Grã-Bretanha de “oficina do mundo” (MCMICHAEL, 2013, p. 5).

Ao mesmo tempo que as antigas colônias de povoamento exportavam alimentos como o trigo e a carne bovina, elas importavam bens manufaturados, trabalho (por meio da imigração) e capitais da Europa. Estes últimos, por sua vez, tinham por finalidade principal a construção da rede ferroviária que iria integrar as mais distintas regiões produtoras dos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Austrália. O investimento nas ferrovias pode ser descrito enquanto um dos artifícios de maior relevância econômica para estes países neste período (FRIEDMANN e MCMICHAEL, 1989).

Na referida época, para o âmbito das relações políticas, vemos a criação do sistema de Estados-nações e as relações de poder com base na hegemonia europeia perante outros territórios sob o colonialismo, que passou a integrar partes remanescentes do sistema de Estados

localizadas na África e na Ásia. Por meio da anexação colonial de territórios situados nestes continentes se deu um movimento de divisão territorial global com base em Estados europeus rivais, como é o caso da Alemanha, França e Inglaterra – esta última sendo a principal potência econômica do período.

Consequentemente, eram os interesses britânicos que conduziam as relações comerciais dos produtos agrícolas, com a finalidade de fornecer alimentos baratos para a classe trabalhadora emergente em seu território. Neste primeiro regime alimentar, era de suma importância que houvesse um abastecimento alimentar seguro e estável que possibilitasse a reprodução social do proletariado inglês a partir de salários cada vez menores em decorrência dos baixos preços dos alimentos – os meios de subsistência da teoria marxiana (MARX, 2013) –, o que asseguraria um mínimo de subsistência para essa classe, facilitando as vias para a extração do mais-valor na produção industrial<sup>2</sup>.

Os produtos tropicais provenientes das colônias tinham duas finalidades para os países europeus. Por um lado, itens como o algodão, madeira, borracha, fibra vegetal e cobre eram matérias-primas que seriam utilizadas no processo produtivo industrial, que passava cada vez mais a aumentar a escala produtiva e demandava mais recursos para garantir este incremento. Contudo, também haviam alimentos que seriam consumidos pela massa de trabalhadores europeus. É o caso do café, chá, açúcar e banana, itens cultivados com maior facilidade nos trópicos. Neste sentido, Friedmann e McMichael (1989) falam em uma especialização geográfico-climática da produção do primeiro regime alimentar, mas sem incorrer em um determinismo ambiental.

Marini (2011) também discorre a respeito disso. Ele menciona que os países latino-americanos são caracterizados como um modelo de capitalismo dependente, que surge quando os países do subcontinente tornam-se independentes em termos políticos, mas vinculados ao capitalismo mundial por meio de uma divisão internacional do trabalho. Esta demanda uma enorme quantidade de matérias-primas e alimentos dos países latino-americanos para o desenvolvimento industrial europeu. A contrapartida é que as manufaturas europeias alcançam os mercados da América Latina, o que leva a impedir a formação industrial dos países desta área, ao mesmo tempo que os subordinam ao desenvolvimento capitalista central.

---

<sup>2</sup> Uma das formas de a burguesia reter o mais-valor no processo produtivo industrial se dá através do rebaixamento dos preços dos meios de subsistência, que permite – por consequência – que ocorra uma redução dos salários dos trabalhadores.

Vemos, portanto, como o ordenamento do espaço geográfico mundial estava sob forte influência dos interesses britânicos em desenvolver suas atividades industriais, a chamada “oficina do mundo” que almejava obter facilidade de recursos e ampliação de mercados para o progresso de sua classe dominante. O amparo da produção primária das ex-colônias de exploração e ex-colônias de povoamento foi basilar para assegurar esta hegemonia da Grã-Bretanha no sistema agroalimentar mundial entre 1870 e 1930.

Também foi no primeiro regime alimentar que se deu, pela primeira vez, a criação de preços agrícolas mundiais. Sobre isso, nos lembra Polanyi [1944] (1980) de como o campesinato foi impactado por este preço único global: “já no último quarto do século dezanove, os preços mundiais das mercadorias constituíam a realidade principal das vidas de milhões de camponeses continentais” (p. 35).

A escolha dos produtos cultivados e o controle acerca o comércio internacional era realizado conforme os interesses e o poder de influência britânico (FRIEDMANN, 2005). Uma das consequências em termos de dieta alimentar neste período histórico foi a consolidação, em âmbito mundial, do consumo de itens como a carne bovina, o leite e o trigo.

Mais ainda, é observável como o Império britânico defendia o livre comércio multilateral, tudo com vistas a sustentar seu rápido processo de industrialização e domínio econômico sobre este setor. Nessa retórica, era de caráter fundamental saber aproveitar e explorar as vantagens comparativas de cada região, aumentando a especialização produtiva e se inserindo no regime alimentar como economia agroexportadora. Goldfarb (2013) fala em uma divisão colonial do trabalho agrícola que predominou no primeiro regime alimentar, com a provisão de alimentos aos europeus sendo realizada pela produção agrícola nas áreas temperadas do “Novo Mundo”, com destaque especial para os Estados Unidos.

Por fim, vemos que uma das consequências do primeiro regime alimentar para a agricultura mundial foi o processo de industrialização da agricultura. Nos Estados Unidos, com particular destaque, teve início o processo em que o capital industrial se apropriou das fases de produção agrícola ampliando suas estratégias de acumulação na agricultura. Tal dinâmica foi denominada por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) de apropriação, para fazer referência à apropriação do setor industrial de segmentos da produção agrícola, atividade que está permeada pelos ciclos biológicos e naturais, o que dificulta sua completa industrialização. Por isso, estes autores afirmam que, parcialmente, a agricultura obteve elementos do processo industrial inserido em seu escopo, tendo início nos Estados Unidos no século XIX e que

posteriormente alcançou níveis internacionais. A mecanização da agricultura, com uso de maquinário e tratores é um exemplo deste processo.

## **O segundo regime alimentar ou regime alimentar mercantil-industrial**

As bases para o segundo regime alimentar foram se consolidando quando os Estados Unidos passaram a aumentar o grau de apropriação industrial da agricultura, que resultou em uma intensificação da produtividade agrícola e ampliação do volume das transações comerciais. O fim do primeiro regime foi marcado pela conjuntura de colapso econômico da crise de 1929, em que os excedentes agrícolas não tinham possibilidades de serem vendidos, e ao mesmo tempo várias regiões do planeta sofriam com o persistente fenômeno da fome.

Já em meados do século XX, com o fim da II Guerra Mundial, é marcado um momento de perda de hegemonia britânica em termos de geopolítica mundial, que foi substituída pelo poder de Washington com a conjuntura de tensão da coexistência pacífica da Guerra Fria. Passa-se, no que diz respeito à economia capitalista dos alimentos, para o momento do segundo regime alimentar – o qual McMichael (2013) chama-o de regime alimentar centrado nos Estados Unidos, e Friedmann (2005) o descreve como mercantil-industrial. A característica principal do segundo regime alimentar, que perdurou até meados da década de 1970, foi o fortalecimento da regulação nacional sobre a agricultura, em detrimento da liberalização que marcou o regime anterior (FRIEDMANN, 1993). Tanto o controle de importações quanto o subsídio às exportações foram medidas adotadas e respeitadas neste momento.

Houve a atuação hegemônica dos Estados Unidos nos assuntos de agricultura e comércio agrícola internacional, sendo que um dos adventos originários deste regime alimentar foi a política agrícola deste mesmo país, de caráter doméstico, que teve relevância em um momento histórico de sua hegemonia nas relações geopolíticas globais (FRIEDMANN, 1990).

Se no primeiro regime foi a intervenção britânica que marcou as relações agroalimentares internacionais, entre a década de 1940 e 1970 foi a incisiva influência estadunidense que nos permite falar em um regime alimentar. Nesta época, os Estados Unidos colocaram em prática um forte programa de amparo a sua agricultura nacional, assegurando uma elevada produtividade agrícola com vistas à exportação. A atuação deste país, marcada pelas políticas domésticas protecionistas no âmbito da agricultura, deu contornos a um novo conjunto de regras comerciais implícitas a partir de 1947 (FRIEDMANN, 2005).

No segundo regime alimentar há uma conflituosidade latente entre duas potências com interesses políticos e ideológicos diferenciados, Estados Unidos e União Soviética. O embate entre estas duas nações trouxe desdobramentos mundiais para todas as regiões do mundo que estavam sob a influência econômica e ideológica delas. Neste sentido, o segundo regime alimentar trouxe a hegemonia estadunidense que objetivava alinhar o maior número possível de países de acordo com seus interesses, se distanciando do perigo “comunista” que rondava o mundo. Outra peculiaridade da ação norte-americana foi a adoção, concomitante, de medidas protecionistas para a o setor agrícola nacional e o estímulo ao restabelecimento do livre comércio (FRIEDMANN, 2005).

Neste contexto, a partir de 1947, ocorreu o chamado Plano Marshall, uma estratégia dos Estados Unidos para reconstruir a economia dos países europeus que se encontravam devastadas por conta da II Guerra Mundial que ocorreu em seus territórios. Evidentemente, este plano também visava frear a influência do socialismo real vindo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas para a área da Europa Ocidental, criando alianças políticas com os países europeus ocidentais, alinhando-os com esta potência capitalista e freando o avanço ideológico soviético. O Plano Marshall nada mais era que uma estratégia de alianças contra a União Soviética por meio de um amparo econômico (PAULA, 2017).

De igual modo, na conjuntura da Guerra Fria havia uma série de embargos econômicos conforme o alinhamento político dos países, que culminou na criação de um mercado dos países socialistas. Isto permitiu um papel de destaque da União Soviética na exportação de trigo, o que trouxe preocupações para o governo de Washington.

Os Estados Unidos se encontravam com fortes medidas protecionistas para sua agricultura nacional, subsidiando-a fortemente e sustentando os preços pagos aos agricultores. Uma das consequências disso foi a criação de um enorme estoque de excedentes agrícolas, alimentos que podiam ser vendidos, comercializados e doados para outros países, já que a agricultura deste país estava começando a ficar asfixiada por conta desta sobreprodução. Ou seja, o governo dos Estados Unidos passou a comprar trigo de agricultores quando os preços de mercado estivessem abaixo do estipulado de forma institucional, por meio de uma política agrícola de suporte de preços. Tal medida possibilitou uma maior inserção tecnológica em sua agricultura, sobretudo para o campesinato dos Estados Unidos, que se viu altamente modernizado, e do mesmo modo se especializou em grau elevadíssimo.

A partir disso, este país obteve ganhos de produtividade consequentemente superiores. Contudo, foi-se criando uma enorme disparidade entre os preços apoiados pelo Estado e os preços de mercado, visto o estoque de excedentes cada vez maior por conta das melhorias de ordem técnica. Com isso, o governo estadunidense deparou-se com um dilema: dar fim a esses excedentes, visto que estava sendo criado um problema fiscal no orçamento do Estado. A saída encontrada foi a ação de “cupons de alimentação”, a “merenda escolar” e a ajuda externa via doação de alimentos (FRIEDMANN, 1993; MALUF, 2009). Isto acarretou uma grande retenção governamental do trigo, sob a figura dos excedentes. Disso, depreende-se duas consequências, a saber, a redução do preço do trigo em termos mundiais – que levou os agricultores, em escala mundial, a se depararem com este preço reduzido, o que significou decréscimo da renda a ser obtida com o cultivo deste cereal – e a criação de um mercado de exportação para países do então terceiro mundo (FRIEDMANN, 1990).

O primeiro instrumento utilizado para dar fim a estes excedentes alimentares foi o mencionado Plano Marshall, em que foram enviados alimentos para a Europa e o Japão, concomitantemente aliviando a sobreprodução estadunidense. Ou seja, o Plano Marshall teve seu viés agroalimentar visando reconstruir a Europa, isto ocorrendo até o ano 1954 (FRIEDMANN, 1993). A partir desta data, o programa de ajuda alimentar mudou seus beneficiários, auxiliando a partir de então os países do antigo terceiro mundo.

Diante disso, a doação de alimentos focou-se para o terceiro mundo, com base em um programa de ajuda alimentar que teve a estratégica meta de alinhar países receptores de víveres de acordo com a lógica e interesses estadunidenses, qual seja, o desenvolvimento industrial capitalista. Tratava-se de uma lealdade geopolítica realizada por meio da doação dos excedentes agrícolas estadunidenses (MCMICHAEL, 2013), substituindo as doações do Plano Marshall para países do terceiro mundo. Tal medida dos Estados Unidos contribuiu para acelerar a proletarização das sociedades do terceiro mundo, que até então eram majoritariamente agrárias, em que ocorreu – segundo Friedmann (1990) – a acumulação primitiva nesta parte do mundo.

O programa de ajuda alimentar, portanto, solucionou para os Estados Unidos a problemática do estoque de excedentes alimentares para buscar políticas estratégicas, ideológicas e econômicas (FRIEDMANN, 1993). Esta dependência alimentar via doações e programas de ajuda alimentar – food aid programs – do Estado norte-americano para países do terceiro mundo se deu também por conta da alta demanda de trigo que estas nações tinham.



No momento do segundo regime alimentar, portanto, temos como síntese uma forte ação governamental, dentro dos limites nacionais, no sentido de adotar políticas agrícolas de suporte de preços, interferindo e direcionando os interesses de mercado de cada Estado-nação. É evidente que o suporte de preços dos Estados Unidos, com destaque para o cultivo de trigo, trouxe seríssimas consequências para o campesinato do antigo terceiro mundo, que passou a se deparar com tal prática de dumping, a fim de escoar o excedente de sua produção. Disso, depreende-se que a situação geral dos países periféricos do capitalismo mudou: de áreas autossuficientes no abastecimento alimentar para áreas importadoras.

Para Friedmann (1993), o segundo regime alimentar aprofunda o desenvolvimento tecnológico do regime alimentar precedente, materializando em grau ainda mais elevado a industrialização da agricultura. Neste processo, as propriedades rurais se veem subordinadas ao capital industrial pela crescente necessidade de adquirir meios de produção como maquinário agrícola, insumos químicos e rações para alimentar as criações – recursos que são provenientes do exterior das propriedades rurais. Concomitantemente, a autora menciona a dependência do capital industrial do setor agrícola, em que este passou a ser fornecedor de matérias-primas para as indústrias de beneficiamento de alimentos.

Ou seja, o campesinato e o setor agrícola como um todo estavam cada vez mais envolvidos com as corporações agroalimentares, no sentido de abastecê-los com matérias-primas básicas para beneficiamento e transformação, o que criou uma especialização produtiva ainda maior e as cadeias específicas de determinados produtos, como é o caso da separação da pecuária intensiva e o cultivo de cereais para alimentar tais animais. Esta sujeição da renda da terra camponesa trouxe, a título de exemplo, o cultivo da soja e do milho híbridos, altamente demandados pela criação de animais (FRIEDMANN, 1993).

### **O terceiro regime alimentar ou regime alimentar corporativo**

Na década de 1980 passa-se para um momento de transição na história do modo de produção capitalista, em que McMichael (2013) afirma ser um novo momento da história do capital. A proposta de Estado-nação do segundo regime alimentar perde força, a saber, a de forte regulação estatal e apoio nacional à agricultura.

Neste novo período ganha relevância a dinâmica de intensificação das economias nacionais articuladas com o mercado mundial, juntamente aliada a um profundo

desenvolvimento técnico das forças produtivas e, mais importante ainda, com a revolução tecnológica fornecendo as tecnologias da informação e comunicação. A criação dos computadores, a rede da internet e a rede do sistema de comunicação – baseado na tecnologia dos satélites – aproximando lugares distintos marcou uma etapa recente do capitalismo, que convencionalmente se chamou de globalização. Dito em outros termos, também visualiza-se que “a globalização é a planetaridade escalar desse capitalismo avançado [de caráter imperialista], o capitalismo liberado do casulo territorial da indústria pela autonomização financeira” (MOREIRA, 2016, p. 81).

Um desenvolvimento geográfico desigual é fruto desta recente etapa do modo de produção capitalista, momento em que a escala mundial centraliza processos de circulação e de reprodução ampliada, reduzindo a ênfase da escala nacional. Na esteira deste processo também há a redução do destaque do capital produtivo, passando a ser ofuscado pela destreza do capital financeiro, que se baseia na lógica da desregulamentação dos mercados financeiros e na financeirização – a conversão crescente de ativos. O regime alimentar corporativo substitui o apoio agrícola estatal pelo jogo neoliberal.

Para o âmbito do capital agroindustrial, a mudança da abordagem keynesiana do segundo regime alimentar para a liberalizante do regime alimentar corporativo significou que o Estado deveria reduzir seu papel nas políticas agrícolas, reduzindo seus gastos e erigindo os preços mundiais como o aspecto principal e encarregado de gerar bem-estar na economia (PAULA, 1997).

A título de exemplo, observa-se que na década de 1980, os Estados Unidos reduziram seus gastos nos pagamentos diretos aos agricultores – que marcou o regime precedente –, eliminou o subsídio ao seu setor de laticínios e eliminou o apoio aos agricultores que cultivavam em áreas de erosão por meio de transferência de renda. Este conjunto de medidas foi tomado juntamente com a retórica que enfatizava a preocupação no equilíbrio das contas públicas para assegurar estabilidade na economia nacional. Vemos que há um objetivo principal dos defensores da liberalização econômica e para o comércio agroalimentar: “colocar os produtores em sintonia com o comportamento dos preços mundiais surge como o objetivo final a ser atingido” (PAULA, 1997, p. 80). Ou seja, as pessoas e os Estados se tornam dependentes do mercado mundial. Seria esta instituição a encarregada de atingir a segurança alimentar, ou melhor dizendo, a capacidade de acesso aos alimentos.

Neste mesmo período há transformação de importante teor na característica central do capitalismo, sendo esta a crescente financeirização da economia. Neste sentido, o capital financeiro, através da ação dos bancos, a especulação crescente no mercado de ativos, a propagação do mercado de futuros para as commodities e a utilização de instrumentos de especulação financeira passa a se destacar em detrimento do capital produtivo. É nesta linha de raciocínio que se observa a partir da década de 1970 uma crescente simbiose entre o capital financeiro e o mercado real de commodities, questão apontada por Paula, Santos e Pereira (2015).

A partir do período citado, no qual há o cenário de enfraquecimento das regras do Sistema de Bretton Woods, passou a ganhar proeminência o setor financeiro nas economias nacionais, sendo internacionalizado e sustentado pela crença na cientificidade matemática das operações financeiras. A criação do sistema financeiro mundializado amalgamou setores como o mercado de ações, de câmbio, imobiliário e de commodities, contagiando as economias reais (PAULA, SANTOS, PEREIRA, 2015). Ou seja, mecanismos do mundo financeiro, tais como a bolsa de valores e o mercado de futuros, estão com protagonismo crescente no que concerne à comercialização de alimentos. Quem produz e quem consome perde relevância na definição da produção e dos preços, sendo substituído pelos investidores privados, que vão influenciar a dinâmica de preços. Assim, é possível comentar que o sistema agroalimentar passa a ter um caráter rentista: geração crescente de lucro sem envolvimento dos sujeitos do processo produtivo. Um exemplo da financeirização para o mercado agrícola ocorre com o mercado de futuros, que no início tinha a função de assegurar condições de preço em contratos futuros, tentando estabilizar as trocas econômicas. Contudo, passou a ser apropriado por fundos de hedge, fundos de pensão, bancos e investidores privados, se transformando em derivativos.

Também é possível encontrar a menção que Sassen (2016) faz ao papel da financeirização da economia para o conjunto do mundo, ou nos termos da autora, da biosfera. Sua análise demonstra que desde os anos 80 houve uma reinvenção dos mecanismos de acumulação primitiva, sendo que os algoritmos das finanças e toda sua lógica são uma das novidades desde então.

Ao mesmo tempo em que o mercado agroalimentar se torna financeirizado, altamente dependente dos constrangimentos do capital financeiro, é permitida uma expansão do grande capital agroindustrial, territorializado agora na escala mundial com as corporações transnacionais. A oferta dos produtos agrícolas agora se vê monopolizada por estas.

Para McMichael (2009), no regime alimentar corporativo há um aprofundamento das relações agroalimentares do segundo regime alimentar, intensificando a escala produtiva de determinados complexos agroindustriais, inserindo novos países e novas regiões no complexo transnacional de commodities. Merece destaque o acréscimo de Estados que estavam vinculados ao mercado do socialismo real, que passaram agora a participar do mercado mundial capitalista, e também a inserção de países como China e Brasil nas cadeias da proteína animal (soja e pecuária). De igual modo, ganha destaque o comércio internacional de itens como frutas e vegetais, sobretudo para alimentar as classes dominantes dos países do Norte.

Um dos adventos do regime alimentar corporativo, ou seja, um dos mecanismos de criação de regras implícitas que conformam a figura de regime, é a Organização Mundial do Comércio (OMC). Tal instituição foi criada no fim do ano de 1995 e desde então é responsabilizada por traçar as diretrizes e regras gerais para o comércio mundial. Em termos de agricultura e comércio agrícola, a OMC marca um ponto de transição de paradigmas com relação ao seu sistema comercial antecessor, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, General Agreement on Tariffs and Trade). A atual organização, no que diz respeito às relações comerciais agrícolas entre os diversos países, age no sentido de liberalizá-las, diferentemente do GATT, que não incluiu o comércio agrícola em suas diretrizes – desta forma, abriu caminho para o forte protecionismo europeu e estadunidense de suas agriculturas nacionais no contexto do pós-guerra.

Desde a origem do GATT, em 1947, até a década de 80, a agricultura passou distante da regulação desta instituição. A causa disto está na lógica do segundo regime alimentar – que apresentamos anteriormente –, que foi marcado pelo forte estímulo dos governos de Estados Unidos e países da Europa ocidental a suas agriculturas, gerando excedentes a partir da política de sustentação de preços. Contudo, a partir de 1986 ocorreu a Rodada Uruguai do GATT, e por oito anos houve a discussão no âmbito desta instituição no sentido de relativizar o protecionismo no comércio agrícola, em que as economias capitalistas mais avançadas eram as que mais recursos alocavam para subsidiar o setor primário. Ao fim da Rodada Uruguai, foi criada a OMC, instituição que atua no sentido de regimentar o comércio mundial como um todo, mas tem particular destaque nos assuntos de agricultura.

A lógica do regime alimentar corporativo, ao integrar distintas agriculturas nacionais, aumenta o escopo das subordinações e fragilidades. Uma das consequências da financeirização da agricultura, desde o fim do século XX, é a volatilidade e flutuação dos preços dos alimentos,

uma vez que seu estoque se transforma em derivativos. Os preços dos víveres e commodities vinculam-se agora a uma dinâmica que os distancia de sua base física, a produção agrícola real.

Uma crise alimentar de drásticos contornos ocorreu nos anos de 2007 e 2008, refletindo esta forma financeirizada que o regime alimentar corporativo assume. O principal fato neste período crítico foi a abrupta escalada dos preços dos alimentos, que impactou a classe trabalhadora de diversos países, impossibilitada de adquirir os gêneros essenciais para viver. Esta crise alimentar marca um ponto na história do atual regime alimentar, momento em que houve uma elevada inflação no preço dos alimentos. Patel e McMichael (2009) inclusive falam em “agflação” para se referir a este fenômeno em que o preço dos alimentos corresponde à maior parte geradora da inflação.

No período mencionado, ocorreram protestos em diversos países contra a alta no custo dos víveres, chamadas de food riots, revoltas alimentares. Em 2007 e 2008, vinte países testemunharam tais manifestações. Em outubro de 2008, 33 países relataram que estavam em um estado crítico de crise de abastecimento alimentar (VANHAUTE, 2011). Tais motins trouxeram vários impactos à conjuntura, por exemplo, houve centenas de presos em Burkina Faso, 100 pessoas feridas no Egito, enquanto que em Camarões houve 40 mortes e 1500 prisões (PATEL e MCMICHAEL, 2009). Se as mobilizações e protestos foram uma das consequências da alta dos preços, vê-se também que o número de pessoas padecendo de subnutrição se elevou no período. No contexto da crise alimentar, segundo estatísticas da FAO (2015), o número de pessoas à mercê da subnutrição em todo o mundo era de 942,3 milhões, cerca de 14,3% da população mundial.

### **Considerações: por uma geografia do regime alimentar**

A relação entre agricultura, questão agrária e modo de produção capitalista apresenta elementos que permitem falar em um caráter contraditório que os une. De mera fornecedora de matérias-primas para a grande indústria e alimentos para o proletariado, a agricultura passa a ser conectada à produção capitalista, por meio dos capitais agroindustriais – materializados nas corporações transnacionais do agronegócio.

Na proposta do regime alimentar, estes elementos apontados são rigorosamente estudados, visando entender principalmente na escala mundial, os arranjos constituídos no âmago deste modo de produção, suas implicações e suas consequências e arranjos geopolíticos.

A forma de delimitar períodos – ou regimes – apresenta seu mérito, sendo possível compreender a evolução do sistema agroalimentar perante a lógica do capital – sem cair em uma visão simplista e unilinear do processo histórico. A própria ciência geográfica, em sua perspectiva de entender criticamente a produção e transformação do espaço, pode obter grandes contribuições para o entendimento das metamorfoses espaciais decorrentes do capitalismo. Ou seja, a abordagem do regime alimentar coloca em evidência o fator espacial da acumulação capitalista na agricultura, conforme foi observado neste ensaio de caráter exploratório. Distintas regras, em sua maior parte de caráter implícito, foram criadas para normatizar e facilitar as vias da acumulação – os exemplos das regras do comércio internacional são emblemáticos neste ponto.

Mais ainda, os estudos do regime alimentar podem contribuir com a geografia agrária brasileira, entendendo o arranjo geopolítico mundial, as instituições e suas regras para assegurar o poder corporativo na esfera agroalimentar. O modo de produção capitalista, que atualmente proletariza uma parte do campesinato por meio da acumulação primitiva – sem acabar com essa classe – e também sujeita parte da renda camponesa da terra, estabelece estratégias recentes: financeirização, criação de patentes de material genético e monopólio no sistema agroalimentar. Portanto, uma agenda brasileira do regime alimentar deve focar nos seguintes itens para debates e pesquisas futuras: papel do Brasil na divisão internacional do trabalho; os arranjos geopolíticos do Brasil com os principais países importadores de suas commodities; análise do capital varejista no território nacional; papel do campesinato nas cadeias produtivas internacionais; a produção de um mais-valor ideológico por parte do agronegócio brasileiro.

## Referências Bibliográficas

FRIEDMANN, H. The political economy of food: a global crisis. **New Left Review**. Nº 197, p. 29 – 57, 1993.

\_\_\_\_\_. Feeding the empire: the pathologies of globalized agriculture. **Socialist Register**, p. 124 – 143, 2005.

\_\_\_\_\_. The origins of third world food dependence. In: BERNSTEIN, H.; CROW, B.; MACKINTOSH, M.; MARTIN, C. **The food question: profits versus people?** London: Earthsacn Publications, 1990. p. 13 – 31.

\_\_\_\_\_. World market, state, and Family farm: social bases of household production in the era of wage labor. **Comparative studies in society and history**, vol. 20, nº 4, p. 545 – 586, 1978.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, Vol. XXIX-2, p. 93 – 117, 1989.

GOLDFARB, Y. O estabelecimento do Regime Alimentar Corporativo no Brasil e na Argentina. Neoliberalismo, financeirização e empoderamento das corporações. O caso da Cargill. **Crítica y Emancipación**, (10): p. 249-290, segundo semestre de 2013.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131 – 172.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 36, nº 1, p. 139 – 169, January 2009.

\_\_\_\_\_. **Food regimes and agrarian questions**. Winnipeg: Fernwood publishing, 2013.

MOREIRA, R. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

PATEL, R.; MCMICHAEL, P. A political economy of the food riot. **Review**, xxxii, p. 9 – 35, 2009.

PAULA, N. M. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2017.

\_\_\_\_\_. Perspectivas do livre comércio para a agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 9, p. 76 – 101, 1997.

PAULA, N. M.; SANTOS, V. F.; PEREIRA, W. S. A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2, p. 294 – 314, 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus [1944], 1980.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

VANHAUTE, E. From famine to food crisis: what history can teach us about local and global subsistence crisis. **Journal of Peasant Studies**, vol. 28, nº 1, p. 47 – 65, 2011.